

Plano Anual de Fiscalização Federal – 2015

Aspectos Controvertidos

Carolina Bottino
Sócia

Celso Grisi
Sócio

Thais Rodrigues
Associada

26 de maio de 2015

I. Introdução

- O Plano Anual de Fiscalização da Receita Federal do Brasil (“Plano”) teve o objetivo de divulgar:
 - Resultados de 2014;
 - Simplificação das Obrigações Acessórias;
 - Planejamento para 2015.
- Além dos aspectos abordados no Plano, iremos discutir neste seminário, outros assuntos que têm sido alvo de fiscalizações e autuações.

II. Resultados de 2014

- De acordo com as informações constantes no Plano, podemos destacar em 2014:
 - 2º maior crédito tributário constituído pela RFB, no valor de **R\$ 150,5 bi** (*soma dos lançamentos de ofício em 2014*)
 - Redução na quantidade de auditorias externas (20.414 em 2013, contra 16.989 em 2014)
 - Aumento na quantidade de procedimentos de revisão de declarações (308.622 em 2013, contra 348.843 em 2014)
 - Grau de aderência no CARF (*processos iniciados em 2010 e julgados em 2014*):
 - **em valor**, 76,3% das autuações foram mantidas
 - **em quantidade**, 95,8% das autuações foram mantidas
 - Apenas 4,6% dos valores lançados foram pagos à vista

II. Resultados de 2014 (cont.)

– Pessoas Jurídicas:

- Maior concentração – Segmento industrial (valor de **R\$ 58,4 bi**)
- Maior aumento de 2013 para 2014 (aumento **de 208,5%**) – Segmento de participação societária (Holdings e SCP)

– Pessoas Físicas:

- Maior concentração – proprietários ou dirigentes de sociedades empresárias (valor de **R\$ 2,1 bilhões**)
 - Principal matéria autuada – ausência de tributação no ganho de capital oriundo de alienação de participações societárias (venda ou permuta de ações)
- Unidades Especializadas em Grandes contribuintes (DEMAC) - responsável por 30,2% do total do crédito tributário autuado em 2014.

II. Resultados de 2014 (cont.)

- Tributos com maior representatividade nas autuações:

Tributo	Quantidade de Autuações		Valor das Autuações	
IRPJ	3.057	10,2%	51.206.116.663	35,5%
COFINS	2.744	9,1%	25.994.801.681	18,0%
CSLL	3.034	10,1%	19.761.046.704	13,7%
INSS	4.006	13,3%	13.518.804.882	9,4%
IRRF	293	1,0%	7.671.988.954	5,3%
IPI	841	2,8%	6.483.177.450	4,5%
PIS	2.710	9,0%	5.409.548.897	3,8%
IRPF	4.621	15,4%	4.447.032.696	3,1%
CIDE	49	0,2%	2.155.650.390	1,5%
Total	30.040	71,1%	144.182.604.537	94,8%

III. Simplificação das Obrigações Acessórias

Obrigação Acessória	Extinção	Substituição	Prazo
DACON	2014	EFD-Contribuições	10º dia útil do 2º mês subsequente
DIPJ	2015	ECF	30/09/2015
LALUR	2015	ECF	30/09/2015
FCONT	2015	N/A (fim do RTT)	N/A
GFIP, DIRF, MANAD, Folha, CAGED, RAIS, CAT, Livro Registro de Empregados, CDSO, HomologNet e PPP	2015 (*)	e-Social	A depender do tipo de informação

(*) Expectativa

IV. Planejamento para 2015

- **Expectativa de Crédito Tributário:** R\$ 157,9 Bi;
- **Principal alvo da fiscalização:**
 - Pessoas jurídicas de grande porte
 - Pessoas físicas detentoras de elevado patrimônio ou renda
- **Grandes Contribuintes:**
 - 9.478 pessoas jurídicas
 - 0,01% do total de PJs brasileiras
 - 65% da arrecadação federal

IV. Planejamento para 2015 (cont.)

- **Malha Fina da Pessoa Jurídica:**

- Lançada em 23/02/2015;
- Objetivo: permitir a auto regularização dos contribuintes através do cruzamento de diversas obrigações acessórias;
- Acesso através do e-CAC por meio do certificado digital;
- Comunicação também poderá ser feita através de carta enviada pela Receita diretamente ao contribuinte.

IV. Planejamento para 2015 (cont.)

- Principais Operações que serão objeto de fiscalização, de acordo com o Plano:
 - i. Inconsistências relacionadas a ajuste do RTT;
 - ii. Amortização Indevida de Ágio;
 - iii. Movimentação financeira incompatível;
 - iv. Investimentos no exterior; e
 - v. Omissões de receitas decorrentes de vendas;

IV. Planejamento para 2015 (cont.)

i. Inconsistências relacionadas a ajuste do RTT

- 420 empresas sujeitas ao acompanhamento diferenciado
- Diferenças de ajustes negativos relativos ao RTT no valor de **R\$ 39 bilhões** de base de cálculo
- Suposta “sonegação” ultrapassaria o valor de **R\$ 13,2 Bi**;
- Ausência de entrega ou erros no preenchimento do FCONT;
- Pontos a serem observados: Instrução Normativa nº 1.397/2013 e compatibilidade com as mudanças trazidas pela Lei nº 12.973/2014.

IV. Planejamento para 2015 (cont.)

ii. Amortização Indevida de Ágio

- 64 contribuintes com indício de amortização indevida de ágio;
- Suposta “sonegação” ultrapassaria o valor de **R\$ 10,5 Bi**;
- Operação Zelotes deixou no ar um suposto “questionamento” quanto às decisões favoráveis aos contribuintes do CARF – tal fato pode dar munição para o aumento das autuações e gerar possível constrangimento em caso de decisões favoráveis na esfera administrativa.
- Se provada a corrupção de julgadores:
 - Decisões poderão ser anuladas
 - Não necessariamente novas decisões serão em sentido diverso

IV. Planejamento para 2015 (cont.)

iii. Movimentação financeira incompatível

- 1.177 pessoas físicas
- 742 pessoas jurídicas
- Rendimentos ou receitas declaradas à Receita Federal em montante incompatível com o volume de transações financeiras
- Suposta “sonegação” ultrapassaria o valor de:
 - **R\$ 7,1 bi** (pessoas jurídicas)
 - **R\$ 2,1 bi** (pessoas físicas)

IV. Planejamento para 2015 (cont.)

iv. Investimentos no exterior

- 56 contribuintes
- Acréscimo patrimonial obtido no exterior não oferecido à tributação no Brasil
- Suposta “sonegação” ultrapassaria o valor de **R\$ 5,2 bi**
- O Plano não detalha se tais contribuintes seriam PFs, PJs ou ambos

IV. Planejamento para 2015 (cont.)

- v. Omissões de receitas decorrentes de vendas**
 - 493 pessoas jurídicas
 - Indícios de omissão de receitas;
 - Suposta “sonegação” ultrapassaria o valor de **R\$ 4,7 bi**

V. Outras Questões Relevantes – Não incluídas no Plano

- Outras matérias objeto de fiscalização e autuações:
 - Fato gerador dos tributos incidentes sobre a importação de serviços (IRRF, PIS-Importação, COFINS-Importação e CIDE);
 - Conciliação entre as receitas tributadas por competência pelas pessoas jurídicas e as informadas pelos clientes/ instituições financeiras para fins de retenção na fonte;
 - Inclusão de compensações não homologadas na composição do saldo negativo de IRPJ e CSLL – Nota Técnica COSIT 31/2013 (*efeito cascata*);
 - Contabilização de despesas compartilhadas e documentação suporte (*cost sharing*).

V. Outras Questões Relevantes – Não incluídas no Plano

- Ademais, autuações fiscais têm se baseado cada vez mais em presunções de evasão fiscal/ omissão de receita.
- Entretanto, apenas as presunções expressamente previstas em lei podem ser utilizadas como base para autuação, tais como:
 - Distribuição disfarçada de lucros
 - Omissão de receitas
 - Equiparação à industrial, operações por conta e ordem de 3^{os} e operações de encomenda – para fins de IPI
 - Certeza e liquidez da dívida regularmente inscrita

V. Outras Questões Relevantes – Não incluídas no Plano

- Haveria possibilidade do uso de presunções para cobrança de outros tributos, como PIS e COFINS?
- Contabilidade faz prova a favor do contribuinte: tal fato seria suficiente para a fiscalização se basear somente em lançamentos contábeis, sem analisar outros elementos?
- Decisões do CARF – em sua maioria tem afastado o uso indiscriminado de presunções
- Fiscalização por amostragem: Haveria possibilidade?

VI. Operações da Receita Federal do Brasil

Operação	Valor (em R\$)	Início	Objeto	Atividades	Status
Alquimia	1 Bi	17/08/11	Grupo Sasil	Termoplásticos e produtos químicos	Em andamento
Conforme o site da Receita Federal foram realizadas ao todo 23 prisões temporárias e 45 conduções coercitivas, além de buscas e apreensões em 12 estados do Brasil.					
Segundo a Polícia Federal, as empresas “laranjas” compravam os produtos, não pagavam tributos e repassavam as mercadorias para as empresas oficiais do grupo Sasil. As investigações mostram que uma frota de carretas chegou a ser vendida por apenas R\$ 1. Outro método era a compensação tributária. A empresa adquiria produto e abatia valores já pagos em transações anteriores, nos termos de reportagem atualizada em 01 de abril de 2015 pela Istoé.					
Os principais envolvidos são os irmãos Paulo Sérgio Costa Pinto Cavalcanti e Ismael César Cavalcanti Neto, responsáveis pelo controle das empresas do grupo.					

VI. Detalhamento das Operações da Receita Federal do Brasil (cont.)

Operação	Valor (em R\$)	Início	Objeto	Atividades	Status
Monte Carlo	703 Mi	03/2012	Jogos de Azar em Goiás	Jogos de Azar – caça-níqueis e jogo do bicho	Em andamento
Até o presente momento foram apresentadas 9 ações civis públicas por ato de improbidade administrativa cumulada com pedido de dano moral difuso e coletivo pelo Ministério Público de Goiás.					
A operação em tela foi desdobrada na operação Saint-Michel que passou a investigar a relação da construtora Delta com governos estaduais, principalmente do Estado do Rio de Janeiro.					
Até hoje o MP-GO e outros órgãos possuem operações decorrentes da Monte Carlo e Saint-Michel.					

VI. Detalhamento das Operações da Receita Federal do Brasil (cont.)

Operação	Valor (em R\$)	Início	Objeto	Atividades	Status
Laranja Mecânica	1,5 Bi	2008	Sonegação fiscal e previdenciária, blindagem patrimonial e lavagem de dinheiro	Venda de autopeças abaixo do valor de mercado	Em andamento

O nome da operação é uma alusão à quantidade de laranjas utilizados no esquema, que ultrapassaram o total de 500 pessoas.

Uso de ao menos 14 empresas de “factoring” (“caixa centralizador” do esquema); Uso de mais de 500 “laranjas”(níveis diferentes de laranjas), além de dez pessoas da mesma família, que montaram um esquema fraudulento de planejamento tributário e de blindagem patrimonial com o fim de se distanciarem da responsabilidade solidária do passivo tributário e, a partir de então, ocultarem-se totalmente com o uso de empresas comerciais. O lucro gerado para o esquema ajudava a engordar o patrimônio da família e uma outra parcela ia para a criação de novas empresas.

Foram cumpridos pelo menos 44 mandados de busca e apreensão e 35 para condução coercitiva de investigados, nas cidades de Maringá e Curitiba, no Paraná; na capital paulista; em Iguatemi e Sidrolândia (MS) e em Caxias do Sul (RS).

VI. Detalhamento das Operações da Receita Federal do Brasil (cont.)

Operação	Valor (em R\$)	Início	Objeto	Atividades	Status
Castelhana	1 Bi	2000	Sonegação fiscal e previdenciária, blindagem patrimonial e lavagem de dinheiro	Blindagem Patrimonial feita pelo escritório Juvenil Alves	Em andamento no TRF
O nome da operação refere-se a uma empresa <i>off-shore</i> operada pelo grupo. Também faz alusão à atuação internacional da quadrilha em países de língua espanhola.					
Uso de sociedades anônimas <i>off-shore</i> estabelecidas no Uruguai e na Espanha.					
Participação de "laranjas" na supressão de tributos federais (II, COFINS, PIS, PASEP, IRPJ, IRRF, CSLL) e estaduais (ICMS) devidos, no auxílio aos clientes da quadrilha na prestação de declarações falsas para as autoridades fazendárias, na fraude à fiscalização tributária e na confecção e utilização de documentos ideologicamente falsos.					
A operação prendeu 14 pessoas em três Estados (MG, SP e RJ). Entre os acusados estão políticos, empresários, contadores e advogados, segundo a PF.					

VI. Detalhamento das Operações da Receita Federal do Brasil (cont.)

Operação	Valor (em R\$)	Início	Objeto	Atividades	Status
Vulcano	600 Mi	2008	Falsa declaração de produtos perante a Receita Federal para uso de benefícios fiscais	Exportação de mercadorias e produtos	Em andamento no TRF
<p>Mercadorias nacionais destinadas à exportação, entre elas pneus e insumos para a produção de cerveja, estariam sendo desviados para o mercado interno, recebendo todos os benefícios fiscais como se exportados fossem.</p>					
<p>Mercadorias estrangeiras, principalmente produtos têxteis e alimentícios, estavam ingressando em território nacional com subfaturamento, com declaração diferente de quantidade e qualidade, bem como com falsificação de sua origem, já que produtos chineses e coreanos estavam sendo importados como se bolivianos fossem, expediente que permitiria a utilização dos benefícios fiscais destinados aos produtos oriundos dos países parceiros do Mercosul.</p>					
<p>As investigações envolveram 8 estados, são eles: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.</p>					
<p>Foram cumpridos pelo menos 220 Mandados de Busca e Apreensão e foram expedidos pelo menos 100 Mandados de Prisão expedidos pela Justiça Federal.</p>					

VI. Detalhamento das Operações da Receita Federal do Brasil (cont.)

Operação	Valor (em R\$)	Início	Objeto	Atividades	Status
Zelotes	19 bilhões	2015	Sonegação Fiscal	Atuação de quadrilha junto ao CARF, atenuando ou anulando dívidas tributárias via pagamento de propina	Em andamento

Os bancos Bradesco, Santander, Safra, Pactual e Bank Boston, as montadoras FORD e Mitsubishi, além da gigante da alimentação BR Foods são investigados por suspeita de negociar ou pagar propina para apagar débitos com a Receita Federal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Na relação das empresas listadas na Operação Zelotes também constam a Petrobrás, Camargo Corrêa e a Light, distribuidora de energia do Rio.

Segundo as investigações, conselheiros suspeitos passavam informações privilegiadas de dentro do Carf para “escritórios de assessoria, consultoria ou advocacia.” Pelo menos 24 conselheiros, ex conselheiros, advogados e lobistas são investigados na Operação Zelotes.

Esses escritórios, apontam as investigações, procuravam empresas multadas pela Receita Federal e prometiam controlar o resultado dos julgamentos de recursos.

As decisões suspeitas reduziram ou anularam mais de R\$ 5 bilhões em multas e débitos de empresas.

V. Detalhamento das Operações da Receita Federal do Brasil (cont.)

Operação	Valor (em R\$)	Início	Objeto	Atividades	Status
Patriota	875 Mi	2014	Sonegação Fiscal e previdenciária, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica	Transferência de grande parte do patrimônio para empresas laranjas e realização de empréstimos de “gaveta”	Em andamento

O grupo empresarial apontado como alvo da operação é dono de ao menos sete empresas ligadas ao transporte, turismo e hotelaria.

Os gestores do Grupo Canhedo, que administram, entre outros negócios, empresas de ônibus, de turismo e o Hotel Nacional, são suspeitos de usar empresas de fachada para ocultar faturamento de empresas e, com isso, não pagar multas e débitos tributários.

A operação acontece em parceria com a Procuradoria da Fazenda Nacional. O procurador do órgão Pablo Pedrosa disse acreditar que será difícil a recuperação do dinheiro supostamente desviado.

Com essa operação, a administração das empresas ficará a cargo de um auditor fiscal indicado pela Receita Federal a pedido da Justiça. Com o afastamento dos gestores e a posterior indicação de um auditor fiscal, a polícia pretende garantir que as empresas continuem funcionando, os empregos dos funcionários do grupo sejam mantidos e os valores devidos ao Fisco voltem a ser recolhidos.

V. Detalhamento das Operações da Receita Federal do Brasil (cont.)

Operação	Valor (em R\$)	Início	Objeto	Atividades	Status
Alcateia Fluminense	1 Bi	11/2014	Sonegação fiscal, desvio de dinheiro dos cofres públicos.	Audidores fiscais negociavam o lançamento e a defesa de autos de infração.	Em andamento

A operação Alcateia Fluminense foi deflagrada em novembro de 2014, à época já haviam sido cumpridos mais de 60 mandados judiciais. Além de receber propina a fim de realizar alterações nos cálculos de alíquota para empresas, alguns auditores da Receita Federal também infringiram o dever funcional ao elaborar impugnação de auto de infração que eles mesmos haviam lavrado anteriormente.

A investigação gira em torno do desvio de dinheiro público que pode chegar ao valor de R\$ 1 bilhão. As investigações da Polícia Federal revelaram que o esquema consistia em diminuir impostos federais em favor de empresas privadas. Os réus respondem, dentre outros crimes, pelo de advocacia fazendária, ou seja, o patrocínio - direto ou indireto - de interesse privado perante a administração fazendária.

São 19 réus respondendo ao processo nº 0004442-46.2014.4.02.5102, que está em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Niterói.

Obrigado!

Carolina Bottino

Sócia

+55 21 2127-4217

cbottino@mayerbrown.com

Celso Grisi

Sócio

+55 11 2504-4671

cgrisi@mayerbrown.com

Thais Rodrigues

Associada

+55 21 2127-4236

trodrigues@mayerbrown.com